



QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PARA A INFÂNCIA: jornada de trabalho docente

Ana Paula Santiago do Nascimento¹

EIXO TEMÁTICO: Políticas Públicas para as crianças e com elas

RESUMO

Esse trabalho é fruto do levantamento inicial feito pela autora sobre a organização administrativo-pedagógica do Núcleo de Educação Infantil – Escola Paulistinha de Educação para a elaboração de pesquisa sobre custo-aluno-qualidade. O estudo apresenta dados de jornada de trabalho das professoras. Atualmente coexistem diferentes composições de jornada, decorrentes das formas de contratação docente. Esse estudo vem possibilitando pensar a escola de forma a minimizar diferenças que possam ter impactos diretos na garantia de qualidade da educação ofertada.

Palavras-Chave: Jornada de Trabalho Docente; Formação Docente; Escola para Infância.

INTRODUÇÃO

O Núcleo de Educação Infantil – Escola Paulistinha de Educação (NEI-Paulistinha) é uma unidade de educação básica que atende crianças de zero a dez anos de idade na creche, pré-escola e ensino fundamental – ciclo I, vinculada à Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Tem sua fundação em 1971, assim como muitas escolas da infância no Brasil, em uma sala improvisada na Escola Paulista de Enfermagem – que tinha como mantenedora a Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM)² com objetivo de prestar assistência aos filhos das trabalhadoras do Hospital São Paulo.

Inicialmente, denominada Escola Paulistinha de Educação, se instalou no prédio próprio em 1995, com o crescimento da demanda por vagas, a instituição passou progressivamente a atender as crianças na forma de Educação Básica: Educação Infantil (EI) e Ensino Fundamental (EF)³ com

¹ Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo). Professora do Núcleo de Educação Infantil – Escola Paulistinha de Educação da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, São Paulo, Brasil. Contato: ana.santiago@unifesp.br.

² Para saber mais sobre a história da Escola Paulista de Enfermagem ver: BARROS, Alba Lúcia Bottura Leite de. Escola Paulista de Enfermagem: um pouco da sua história. **Acta Paul Enferm**, São Paulo, 2009; v. 22 (Especial - 70 Anos), p. 861-3. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/apv22nspe/02.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2019.

³ A escola já atendia crianças de diferentes idades, porém como um espaço complementar à educação básica.



profissionais da educação contratados pela SPDM e por servidores da UNIFESP. Destaca-se que os profissionais que se responsabilizam pela educação das crianças: docentes e auxiliares de classe eram, com apenas duas exceções, contratados pela SPDM.

No ano de 2014, a escola passa por uma reestruturação administrativa, se vinculando a reitoria da Universidade, cria-se o Núcleo de Educação Infantil junto a Escola Paulistinha de Educação e elabora-se um Regimento Interno para a unidade.

A partir dessa regulamentação, a escola recebeu oito professores vinculados a rede federal de ensino que tem como função: ensino, pesquisa, extensão e gestão (Professora de Educação Básica, Técnica e Tecnológica – EBTT); começou a atender crianças da comunidade não vinculadas aos funcionários da SPDM ou UNIFESP tanto na EI como no EF⁴ e; iniciou um processo de democratização da gestão escolar com a consulta pública para a indicação de profissional para ocupar a função de diretor de escola. Todas essas mudanças possibilitaram a escola iniciar um longo processo de reflexão do trabalho educacional desenvolvido.

Uma das fragilidades da unidade estava na gestão escolar não necessariamente ser ocupada por profissionais da área e com perspectivas de gestão democrática, como preconiza as leis que regem a educação. Dentre os inúmeros aspectos que a primeira gestão indicada pela comunidade escolar se propôs a fazer foi publicizar e democratizar a organização administrativa da unidade.

Já nas reuniões ocorridas durante a “campanha eleitoral”, muitas questões relacionadas a condição de trabalho docente apareceram. Os professores relatavam uma escola que recentemente havia instituído dias de reuniões pedagógicas durante o ano letivo e momentos de reuniões coletivas entre professores e coordenação, porém ainda tentando consolidar espaços de formação. Nesse contexto, a nova gestão escolar iniciou alguns estudos sobre a contratação e organização do trabalho docente na unidade.

Estudos que vem subsidiando o trabalho cotidiano e a construção de um projeto de pesquisa que terá como um dos objetivos discutir o custo-aluno-qualidade no Núcleo e em outras escolas das redes municipais da grande São Paulo. Essas discussões vêm ao encontro de estudos e pesquisas que faço a quase uma década sobre condição e remuneração docente.

Desta forma, esse trabalho apresenta uma análise inicial sobre a carga horária docente no NEI-Paulistinha a partir das condições objetivas que se apresentam a gestão escolar 2018-2020, tentando

⁴ A escola já atendia crianças da comunidade externa no ensino fundamental.



adequá-las a legislação em vigor, fazendo uma defesa da importância da composição da carga horária para efetividade do direito à educação.

Formas de Contratação e formação dos docentes no NEI-Paulistinha

No NEI-Paulistinha, em 2019, existem no quadro de docentes 35 professoras polivalentes, sendo 28 contratados pela SPDM⁵ e 8 funcionárias efetivas com vínculo com a UNIFESP.

As professoras que trabalham contratadas pela SPDM, passaram por entrevista com a gestão da escola para ingressarem e possuem um contrato de trabalho regido pela CLT. Tem como sindicato trabalhista aceito pela contratante o Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro) que firma acordos e convenções coletivas que são seguidas pela SPDM⁶.

No que se refere a formação docente, 26 dessas professoras possuem o curso superior com licenciatura (pedagogia) e uma professora possui apenas o magistério. Nove das professoras que possuem licenciatura fizeram um ou mais cursos de especialização.

As professoras EBTTs, chegaram à escola em 2016 via concurso público de prova e títulos, estão regidas pelo regime próprio federal; vinculadas ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e, conseqüentemente, a Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Paulo que realizam, nacionalmente com o governo federal e localmente com a reitoria, acordos e resoluções para a carreira. No que se refere a formação, atualmente 3 professoras são doutoras e 5 são mestres (sendo que 3 dessas estão em programas de doutorado).

Carga horária docente

No que se refere a Carga horária de trabalho, as professoras contratadas pelas SPDM tinham até 2018 a única possibilidade de realizar 50 horas semanais de trabalho docente com aulas junto as crianças. Essa foi uma situação que logo chamou a atenção, visto que a carga excessiva de trabalho era uma das impossibilidades de mudança significativa de trabalho pedagógico.

⁵ Existem ainda 5 professores especialistas contratados pela SPDM, além de alguns funcionários e auxiliares de classe.

⁶ No ano de 2018, os professores da escola se reuniram com os advogados da SPDM para realizar acordo sobre o trabalho aos sábados para reposição de aulas e ficou acordado que a escola seguiria as resoluções e acordos realizados pelo Sinpro.



Após conversas com a administração da SPDM, que sempre afirmou que a organização da jornada estaria a cargo da gestão escolar, e com reuniões marcadas no Sinpro, foi possível entender como deveria estar composta a carga horária docente dessas professoras. Segundo essas informações, cada professora seria contratada por 20h semanais podendo estender essa jornada em mais 5h semanais sendo que dessas, 3h deveriam ser para planejamento. Na ocasião da atribuição de aulas, essa carga horária poderia até dobrar, caso o docente quisesse, em comum acordo com a gestão escolar, assumir outro período de trabalho. Desta forma, no ano de 2019, a gestão escolar possibilitou que os docentes fizessem opção por jornada.

Já a carga horária das professoras EBTTs está diretamente ligada a organização de suas funções na universidade: ensino, pesquisa, extensão e gestão e é regida por legislação própria. Desta forma, essas professoras trabalham 40 horas semanais, em dedicação exclusiva, sendo que entre 10h e 20h em atividades de ensino e o restante para atividades de pesquisa, extensão e gestão. No ano de 2019, as professoras realizaram 5h semanais de planejamento que se inseriu fora da carga horária, o que será corrigido no próximo ano, visto que limita a possibilidade de atividades de pesquisa, extensão e gestão⁷.

A chegada das professoras EBTTs com funções e jornadas diferentes e com a composição da nova gestão escolar que, além de seguir a legislação e os acordos sindicais, acredita que a carga horária docente deve garantir a totalidade das tarefas que este deve executar, buscou durante o ano de 2019, garantir o mínimo de 5h de planejamento para todas as professoras, independente da carga horária total, entendendo que participar dos momentos coletivos e ter um tempo destinado ao planejamento é algo inegociável no trabalho docente.

Essa diretriz resultou na coexistência de diferentes tipos de jornadas docentes entre as professoras polivalentes, que foi se apresentando à gestão durante o ano, como mostra o quadro 01. Nela podemos perceber uma diferença de composição da jornada principalmente quando analisada a Educação Infantil (EI) e o Ensino Fundamental (EF) de forma separada.

⁷ Esse prejuízo foi observado pelo órgão responsável pela avaliação docente realizada a fim de promoção.



Quadro 01: Horários das professoras polivalentes do NEI-Paulistinha 2019

Tipo de Docente	Quant. de professoras com agrupamento (2019)	Aulas Semanais	Planejamento					Total de Horas de Ensino
			Individual		Reunião Coletiva		% de horas de atividade de planejamento	
			Na escola	Em pecúnia (5%)	Grupo	Profs. da turma/agrupamento		
Professoras EBTTs	3	20h	3h	0	2h	30 min	Sem horas incorporadas na jornada	20h
Prof. CLTs - EI	3	20h	3h	1h15	2h	30 min	25%	25h
Prof. CLTs - EI	1	34h	3h	0	2h	30 min	13,7%	40h
Prof. CLTs - EI	11	44h	3h	2h30	2h	30 min	16%	50h
Prof. CLTs - EF	2	29h50	8h20	2h	1h	50 min	30,4%	40h
Prof. CLTs - EF	2	29h	9h10	2h	1h	50 min	32,5%	40h
Prof. CLTs - EF	2	39h50	8h20	2h30	1h	50 min	24,3%	50h
Prof. CLTs - EF	4	39h	9h10	2h30	1h	50 min	26%	50h
Prof. CLTs - EF	1	Módulo	0h	2h30	0h	0h	5%	50h

Fonte: Autor com dados da unidade escolar.

Na tabela percebemos que a jornada é composta por horas de atividade com as crianças e horas de trabalho com planejamento e formação sem as crianças, que são divididas em coletivas e individuais (essas podendo ocorrer na escola ou sendo pagas em pecúnia).

Reforçando a importância de o trabalho docente ser reconhecido em sua plenitude, como ação-reflexão-ação, e dessa forma ser imprescindível termos horas de trabalho de planejamento e formação como um dos princípios da valorização docente, a Lei nº 11.738/2008, conhecida como Lei do Piso, preconizou entre outros pontos da valorização docente, a composição da jornada de trabalho, destinando no mínimo 1/3 dessa para atividades complementares. Destacamos ainda que antes dessa importante lei, tínhamos no ordenamento jurídico a Resolução CNE/CEB nº 3/1997 que já fixava a destinação de 20% a 25% da jornada para planejamento e formação.

Desta forma, o Núcleo oscila entre a situação de 2 professoras do EF que possuem 32,5% de sua jornada destinada ao planejamento e formação (aqui estou acrescentando os 5% recebidos em pecúnia) e a situação de 3 professoras EBTTs que não tem nenhum horário reservado para planejamento e ainda utilizam de horas de pesquisa, extensão e gestão para, minimamente, participar das atividades coletivas e elaborarem relatórios sobre a aprendizagem das crianças.

Com exceção das professoras EBTTs e da professora que está no módulo no EF, temos uma oscilação que vai de 13,7% a 32,5% de carga horária destinada a planejamento. É possível perceber



a importância que a escola dá aos horários coletivos, que apesar de ainda serem ínfimos, contam com a participação de quase a totalidade das professoras⁸; em detrimento do horário individual que tem uma oscilação de 11h40 a 2h30.

Ao analisar os dados do quadro com o recorte de etapa da educação básica, percebe-se que as professoras que estão na EI são mais prejudicadas no que se refere a garantia do direito ao planejamento e formação que as docentes que estão no EF, isso porque essas últimas utilizam o horário das aulas dos professores especialistas com as crianças para se dedicarem ao planejamento.

Esse dado também é revelado na análise da realidade docente nas creches das capitais do país, estudos de Nascimento (2019) indicaram a existência de redes municipais de capitais negando expressamente na lei esses momentos de planejamento e formação às professoras de bebês e crianças pequenas. Parece que a ideia corrente de que esse trabalho é “menos” docente, ou que essa docência exige menos reflexão, que o de outras etapas ainda influencia nas ações e decisões dos gestores escolares.

Alguns professores ainda olham para os horários de estudos e planejamento como um não trabalho docente. Essa postura fortalece políticas de negação desses tempos e espaços fundamentais para o trabalho do professor.

Considerações Finais

A gestão do NEI-Paulistinha, através dos dados apresentados, tem procurado alternativas dentro do contexto que tem de proporcionar aos docentes horários de estudos, planejamento, discussões e reflexões sobre o trabalho executado. Ainda necessita qualificar a importância desses momentos e estendê-lo a todos os docentes da unidade.

Também é preciso aumentar progressivamente as horas destinadas à estudos coletivos e individuais, visto que nenhum deles contam com pelo menos 33% de sua jornada destinada a planejamento e formação, como preconiza a legislação atual.

A garantia desse direito se materializará em um ambiente escolar com possibilidades de trabalho colaborativo, solidário, reflexivo apesar de outras condições que se apresentam como barreiras

⁸ Estão fora desses momentos a professora que está no módulo e alguns dos professores especialistas do EF e uma professora da EI que acumula cargo com uma rede municipal da grande São Paulo.



(baixas e diferentes remunerações, ausência de equipamentos, materiais e espaços físicos adequados, falta de pessoal etc).

Uma das maiores dificuldades que a educação enfrenta na atualidade, a meu ver, está diretamente relacionada com a impossibilidade de um trabalho autoral por parte dos professores, ainda temos práticas cerceadoras do trabalho docente que se baseiam no discurso da incompetência acadêmica desses e dessa forma da necessidade de especialistas para geri-los ou orientá-los, porém essa incapacidade está diretamente relacionada com o pouco investimento financeiro que gestores querem fazer no sentido de formação e condições de trabalho.

No NEI-Paulistinha vemos uma gestão escolar propondo alternativas para que a formação seja entendida como parte fundamental do trabalho docente, sem a qual o direito à educação das crianças que estão ali matriculadas não será garantido.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm>. Acesso em 12 nov. 2019.

BRASIL Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 13 nov. 2019.

BRASIL. Resolução CEB/CNE nº 3, de 8 de outubro de 1997. Fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0397.pdf>>. Acesso em 13 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, 2008. Disponível



V Seminário
Luso-Brasileiro
de Educação
Infantil

II Congresso
Luso-Afro-Brasileiro
de Infâncias e
Educação

**Infâncias,
cidade e
democracia**

10 a 13 de dezembro de 2019

na Faculdade de Educação da USP

em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm>. Acesso em 13 nov. 2019.

NASCIMENTO, Ana Paula Santiago do. Carreira docente nas creches das redes públicas das capitais brasileiras: análise dos planos e estatutos do magistério. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.48.2019.tde-10092019-153345. Acesso em: 14 nov. 2019.